



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

---

PROCESSO Nº 1000028-83.2019.4.01.3600  
APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)  
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO  
APELADO: BENEDITO CARLOS XAVIER DE OLIVEIRA  
RELATOR(A): NOVELY VILANOVA DA SILVA REIS

---



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Gab. 23 - DESEMBARGADOR FEDERAL NOVELY VILANOVA  
Processo Judicial Eletrônico

---

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 1000028-83.2019.4.01.3600

---

## RELATÓRIO

A sentença recorrida (21.06.2019) **concedeu a segurança** para que a autoridade impetrada proceda ao registro profissional do impetrante/Benedito Carlos Xavier de Oliveira no CRC/MT, independentemente da aprovação no exame de suficiência instituído pela Lei 12.249/2010, considerando que concluiu o curso de técnico em contabilidade antes da vigência dessa lei.

O CRC/MT apelou alegando decadência do direito ao registro, tendo em vista que a impetrante não o requereu até 01.06.2015, conforme art. 12, § 2º do Decreto-Lei 9.295/1946, com a redação dada pela mencionada lei.

O impetrante não respondeu.

## VOTO - VENCEDOR



PODER JUDICIÁRIO  
Processo Judicial Eletrônico  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Gab. 23 - DESEMBARGADOR FEDERAL NOVELY VILANOVA

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 1000028-83.2019.4.01.3600

## VOTO

É **inexigível** a aprovação no exame de suficiência do impetrante que concluiu o curso técnico em contabilidade **antes** (1992, fl. 23) da vigência da Lei 12.249 de **11.06.2010**, que tornou obrigatório esse exame para o registro profissional, sendo totalmente impertinente a alegação de decadência desse direito. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:

REsp 1.804.050/RS, r. Benjamin, 2ª Turma em 23.05.2019:

1. De acordo com o entendimento do STJ, **"o exame de suficiência, criado pela Lei 12.249/2010, será exigido dos técnicos em contabilidade que completarem o curso após sua vigência. Tais profissionais não estão sujeitos à regra de transição prevista no art. 12, § 2º, do referido diploma."** (AgInt no AREsp 950.664/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 15/12/2016).

2. In casu, conforme se depreende da leitura do aresto hostilizado, o recorrente concluiu o curso de Técnico em Contabilidade no ano de 1992, data anterior à vigência da Lei 12.249/2010, razão pela qual não se exige a submissão ao exame de suficiência.

.....

REsp 1424784/RS, r. Campbell, 2ª Turma em 18.02.2014:

1. Verifica-se que, no caso em tela, o ora recorrido preenchia os requisitos necessários para a inscrição no Conselho Regional de Contabilidade à época de sua colação de grau, tendo buscado a inscrição apenas quando já em vigor a Lei nº 12.249/10, que alterou o art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295/46, exigindo a aprovação em exame de suficiência para o exercício da profissão de contador.

2. Portanto, em razão disso, pode falar, hoje, em direito adquirido à obtenção do registro profissional, visto que, antes da entrada em vigor da lei que instituiu a exigência de aprovação no exame de suficiência, **o impetrante já era bacharel em Ciências Contábeis, ou seja, cumpria o requisito exigido à época para o exercício da profissão.**

...

## DISPOSITIVO

**Nego provimento** à apelação e à remessa necessária, ficando mantida a sentença concessiva da segurança.

Brasília, 09.03.2020.

**NOVELY VILANOVA DA SILVA REIS**

Des. Federal Relator

---

DEMAIS VOTOS

---



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Gab. 23 - DESEMBARGADOR FEDERAL NOVELY VILANOVA  
Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n.1000028-83.2019.4.01.3600

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO

Advogado do(a) APELANTE: MARCOS ROBERTO BRAZ SILVA - MT10885-A

APELADO: BENEDITO CARLOS XAVIER DE OLIVEIRA

Advogados do(a) APELADO: CLAISSON PIMENTA RIBEIRO MOTTA - MT11748-A, EDUARDO GOMES SILVA FILHO - MT12036-A

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL. REGISTRO PROFISSIONAL. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. EXAME DE SUFICIÊNCIA PARA O REGISTRO PROFISSIONAL. CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 12.249/2010.

1. É inexigível a aprovação no exame de suficiência do impetrante que concluiu o curso técnico em contabilidade antes (1992) da vigência da Lei 12.249 de 11.06.2010, que tornou obrigatório esse exame para o registro profissional.

2. *“De acordo com o entendimento do STJ, ‘o exame de suficiência, criado pela Lei 12.249/2010, será exigido dos técnicos em contabilidade que completarem o curso após sua vigência. Tais profissionais não estão sujeitos à regra de transição prevista no art. 12, § 2º, do referido diploma.”* (REsp 1.804.050/RS, r. Benjamin, 2ª Turma em 23.05.2019).

3. Apelação do CRC/MT e remessa necessária desprovidas.

## ACÓRDÃO

A 8ª Turma, por unanimidade, **negou provimento** à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do relator.

Brasília, 09.03.2020

**NOVELY VILANOVA DA SILVA REIS**

Desembargador Federal Relator

Assinado eletronicamente por: NOVELY VILANOVA DA SILVA REIS

13/03/2020 18:28:36

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 47823022



200313182836472000000

IMPRIMIR

GERAR PDF